



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Gabriela de Brito Rodrigues Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA**

Brasília, DF

2021

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Narazé
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes Coordenador de Graduação do curso de
Ciências Contábeis – Noturno

GABRIELA DE BRITO RODRIGUES SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF
2021

GABRIELA DE BRITO RODRIGUES SILVA

A CONTRIBUIÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA – Brasília, 2021.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2021.

Bibliografia.

1. Contabilidade Pública 2. Auditoria Governamental 3. Auditoria Interna 4. Universidades I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

GABRIELA DE BRITO RODRIGUES SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo apoio às minhas escolhas, bem como pela paciência, valorização da minha educação, além de me ensinarem todos os dias o valor de conseguir o que quero por meio do meu esforço.

Às minhas irmãs e ao meu namorado por serem motivações, tal qual por todo o amor e cuidado. Assim como por todos os cafés da tarde e marmitas feitas, Bel.

Aos meus familiares e amigos por estarem comigo, por acreditarem em mim e pelo incentivo em toda a caminhada.

Ao Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa, por sua excelente orientação, por ter sido prestativo e atencioso durante todo o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

À mestrande Alinie Rocha pelo auxílio e paciência durante todo o período.

Aos demais professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (CCA/UnB), por toda a jornada.

RESUMO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), são componentes da administração indireta federal, nesse cenário, conforme a Constituição brasileira, a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial dessas entidades é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, bem como pelo sistema de controle interno de cada Poder. Diante disso, tem-se o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) como o instrumento de planejamento para que as atividades da auditoria realizadas pelas instituições sejam eficientes. E o Relatório Anual de Auditoria (RAINT) como instrumento de divulgação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna. Esse estudo teve como objetivo geral mapear as recomendações sobre os procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas que contribuem com a qualidade da informação contábil das Universidades Federais. Foi realizado o levantamento dos PAINTS e RAINTS de cada uma das IFES. Cabe ressaltar que apenas 61 universidades divulgaram os relatórios em questão de maneira acessível em seus sítios eletrônicos, portanto, a amostra se restringiu a esse número, a partir disso foram documentados os principais trabalhos realizados em prol da melhoria na auditoria financeira, assim como do atendimento ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Os resultados demonstram uma tendência ao aperfeiçoamento dos controles internos dentro das entidades, além de uma curva de crescimento entre as ações de auditoria financeira/ patrimonial. No entanto, algumas instituições não apresentaram o PAINT tampouco o RAINTE, fato que dificulta a emissão do Parecer Anual de Auditoria bem como uma gestão proativa e eficiente.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; Auditoria Governamental; Auditoria Interna; Universidades.

ABSTRACT

The Federal Institutions of Higher Education (IFES) are components of the indirect federal administration, in this scenario, according to the Brazilian Constitution, the accounting, a financial, operational, and patrimonial inspection of these entities is exercised by the National Congress, through external control, as well as by the system of internal control of each Power. Therefore, there is the Annual Internal Audit Plan (PAINT) as the instrument so that the audit activities carried out by the institutions are efficient. This study aimed to analyze the adequacy of federal universities to the financial audit manual published by the Federal Court of Auditors in order to follow the trend of the work of auditing as an internal control. A survey of the PAINTS and RAINTS of each of the IFES was carried out and the major efforts towards the financial audit improvement were documents, as well as compliance with the convergence process with international accounting standards. The results show that there is a tendency to improve internal controls within the entities, in addition to a growth curve between the actions of financial/equity audits. However, some institutions did not present the PAINT nor the RAIN, a fact that hinders the issuance of the Annual Audit Report as well as proactive and efficient management.

Keywords: Public Accounting; Government Audit; Internal Audit; University.

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
SUMÁRIO	12
LISTA DE QUADROS	13
1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Problema da Pesquisa	16
1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	16
1.3. Justificativa da Pesquisa	17
1.4. Estrutura da Pesquisa	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1. Inovações em Contabilidade Pública no Brasil	19
2.2. Controle Institucional e o Papel das Auditorias Internas Governamentais	21
2.3. Pesquisas Anteriores	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 Análise de Conteúdo	25
3.2 Categorias e Subcategorias	28
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE(S)	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e subcategorias analisadas nos trabalhos da auditoria interna

Quadro 2 - Relação de IFES analisadas por região

Quadro 3 - Relação de IFES analisadas por região

Quadro 4 - Relação das principais ações da auditoria

Quadro 5 - Relação das principais recomendações da auditoria

1. INTRODUÇÃO

É notável que a ciência contábil no Brasil está passando por diversas e significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. Nesse cenário, a contabilidade do setor público também segue uma curva de evolução ao longo dos anos.

Andrade (2006, p.29) define a contabilidade pública como “especialização da Ciência Contábil que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados nos patrimônios de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários”. Para o referido autor portanto, objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público não é proporcionar somente o registro e o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, mas fornecer uma ferramenta para a tomada de decisão dos usuários da administração. E principalmente, é uma peça importante de controle para o atingimento dos objetivos e finalidades que permite constante autoavaliação e autocorreção.

Ademais, segundo o Tribunal de Contas da União, a prestação de contas é um instrumento de gestão pública no qual os administradores, assim como os responsáveis pela governança e gestores da administração interna e externa da União apresentam e divulgam informações e análises dos resultados da execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício.

Nesse sentido, a necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornaram fundamental a elaboração de um plano de contas que possua amplitude nacional. Dessa maneira, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) bem como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os quais segundo o MCASP possuem abrangência nacional, permitem, tal qual regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, com base na legislação nacional vigente e nos princípios da ciência contábil.

É fato que a auditoria financeira é matéria de estrita relevância no mundo corporativo, já que é vista como ferramenta essencial à uma boa gestão. No entanto, na Contabilidade Pública, essa prática teve início recentemente, a partir da adequação dos órgãos às

convergências internacionais. Consoante o Manual de Auditoria Financeira do TCU (TCU, 2016a, p. 11, item 3), “o principal objetivo da auditoria financeira é melhorar e promover a prestação de contas de órgãos e entidades públicos”. Nesse contexto, no ano de 2014, o TCU e o Banco Mundial (Bird) firmaram um acordo que teve como principal objetivo a ampliação dessa prática no setor público. Essa estratégia de fortalecimento da auditoria financeira, firmada mediante a avaliação da qualidade do trabalho sendo realizado de prestação de contas do governo resultou, entre outros produtos, no Manual de Auditoria Financeira.

Conforme o referido Manual, a auditoria financeira ou contábil é um importante instrumento de fiscalização para a verificação independente da confiabilidade das demonstrações financeiras divulgadas por órgãos e entidades públicos, na defesa dos princípios de transparência e prestação de contas. Para mais, é parte dos processos de governança e contabilidade pública, já que auxilia no direcionamento, na utilização mas principalmente no controle da aplicação dos recursos públicos.

Diante dessa importância, foram instituídos o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria interna (RAINT), dois instrumentos fundamentais para a auditoria dos entes da União. O PAINT tem como finalidade definir a prioridade dos trabalhos a serem realizados em cada exercício, de acordo com os seus princípios básicos: a autonomia técnica, objetividade e a harmonização de estratégias, objetivos e riscos. Enquanto isso, o RAINTE divulga as informações que foram executadas a partir das instruções do PAINT, além da análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria, mesmo que não estejam inclusos no plano de auditoria.

O presente artigo apresenta uma análise dos trabalhos de auditoria contábil/ financeira previstos no Plano Anual e Relatório Anual de Auditoria Interna das Universidades Federais brasileiras, a fim de mapear as principais ações da auditoria de cada uma das entidades e as recomendações observadas nesses instrumentos, bem como a maneira que esses procedimentos contribuem para a qualidade da informação contábil no setor público.

1.1. Problema Da Pesquisa

É lícito postular que a variedade e a complexidade dos trabalhos de auditoria interna

tornam necessária a preocupação com o planejamento e o controle corretos. Já que sem um planejamento adequado, as ações das auditorias podem não permitirem uma segurança razoável.

Nesse sentido, de acordo com a Decisão Normativa – TCU Nº 188, (2020) a auditoria nas contas tem por objetivo obter segurança razoável para fundamentar as conclusões do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras como um todo, incluindo as respectivas notas explicativas, e se essas foram elaboradas e publicadas de acordo com as normas contábeis e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro, refletindo adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e orçamentária da entidade. Assim, tem-se o PAINT e o RAINIT como instrumentos fundamentais para a auditoria interna das autarquias analisadas.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa responderá o seguinte questionamento: Quais foram as ressalvas dos trabalhos de auditoria contábil, com testes em procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas, que contribuem para a qualidade da informação contábil das Universidades Federais?

1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O presente estudo tem como objetivo geral mapear as recomendações sobre os procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas que contribuem com a qualidade da informação contábil das Universidades Federais. Afim de alcançar tal meta desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os trabalhos de auditoria contábil previstos no Plano Anual e Relatório Anual de Auditoria Interna das Universidades Federais.
- b) Verificar se os testes de procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas estão sendo previstos.
- c) Relacionar as recomendações emitidas pelos auditores internos com os procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas.

1.3. Justificativa Da Pesquisa

Segundo a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI (2007) a curva de crescimento da auditoria interna está estritamente relacionada com o entendimento da importância dos controles internos, para o autor estes devem ser constantemente aperfeiçoados de acordo com as necessidades da governança de cada entidade. A INTOSAI afirma que o controle interno precisa se adaptar às mudanças que ocorrem no meio de maneira contínua, integrada e dinâmica. Nesse cenário, as importantes inovações na auditoria interna do setor público estão diretamente relacionadas com a publicação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual de Auditoria.

Consoante o Manual de Auditoria Financeira (2016, p.28), "o processo de auditoria financeira inicia-se com a fase de planejamento, passando pela fase de execução (ou de testes) e termina com a fase de relatório". Portanto, o cumprimento desse processo pode ser observado através dos instrumentos escolhidos para análise já que o PAINT está relacionado com o planejamento na auditoria e o RAINT com a execução das ações planejadas. Diante disso, essas peças foram definidas como parte essencial no escopo do presente trabalho.

Explicitada a importância do tema, percebe-se a relevância de pesquisas relacionadas à auditoria interna com enfoque nas autarquias federais, componentes da administração indireta da União. Este ainda é um assunto pouco abordado no meio acadêmico, visto que as pesquisas costumam ter enfoque na administração direta ou ainda no setor privado, que apresenta um longo histórico de preocupação com a auditoria de demonstrações financeiras.

O estudo propõe verificar o movimento de transformação que tem ocorrido na auditoria das Universidades Federais públicas a partir do controle interno com foco na análise dos trabalhos, testes e recomendações realizadas e por isso contribui na verificação do processo de convergência, bem como poderá auxiliar gestores com a comparação entre diferentes IFES. Por isso, a realização dessa pesquisa justifica-se, entre outros motivos, em virtude da escassez de estudos e referências direcionadas para a execução da auditoria financeira e no controle interno nas Universidades Federais brasileiras.

1.4. Estrutura Da Pesquisa

O presente trabalho foi ordenado da seguinte forma: Na primeira seção foi apresentada a introdução do tema, o problema da pesquisa, a justificativa e os objetivos gerais e específicos do estudo. Na segunda seção foi realizada a revisão da literatura base para a fundamentação teórica do artigo, demonstrando como as inovações na contabilidade pública do Brasil no setor da auditoria refletem na qualidade da informação. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na quarta, é apresentada a descrição e análise dos dados observados. Por fim, na quinta seção são feitas as conclusões finais sobre o estudo discorrido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Manual de Auditoria Financeira (2016, p. 44), publicado pelo Tribunal de Contas da União, “o propósito de uma auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança dos usuários previstos, mediante a expressão de uma opinião”. Para atingir esse propósito, as normas de auditoria estabelecem como objetivos gerais do auditor que este alcance segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes, seja por fraude ou erro, obtendo evidências de auditoria suficientes e apropriadas para reduzir o risco de expressar uma opinião de auditoria inadequada a um nível aceitavelmente baixo (ISSAI 1200; ISA/NBC TA 200).

Para que seja possível alcançar o objetivo geral da pesquisa - Mapear as recomendações sobre os procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas que contribuem com a qualidade da informação contábil das Universidades Federais - é necessário compreender de forma clara o momento no qual a Contabilidade Pública no Brasil se encontra e o seu alinhamento com as Auditorias Internas Governamentais, bem como a função das inovações no controle institucional para a qualidade da informação contábil pública no país.

2.1. Inovações em Contabilidade Pública no Brasil

Conforme resolução do Conselho Federal de Contabilidade, (2008, p.3) o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é:

(...) fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Com a globalização, tornou-se necessária a comparabilidade, no tempo e espaço, das informações contábeis, para que organismos internacionais e entidades diversas conheçam a situação fiscal e patrimonial das entidades e órgãos da Administração Pública (TCE-MT, 2011). Por isso, diante da necessidade de acompanhamento e adequações às inovações na área

contábil ocorridas mundialmente, o Conselho Federal de contabilidade (CFC), em 2008, iniciou o processo de convergência internacional o qual tem como objeto a harmonização e o aumento da qualidade das informações públicas. Importante ressaltar que na harmonização, Segundo Rosa (2011) “não há uma imposição contábil de um país sobre o outro e tampouco a eliminação das diferenças, e sim uma conciliação de diferentes pontos de vista”.

A mudança substancial na contabilidade governamental ocorreu com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) pelo CFC. Com isso, deu-se início ao processo de convergência e em 2009 foi publicado o primeiro Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), seguidos da publicação do IPSAS (International Public Sector Accounting Standards) – Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – no ano de 2012.

Nesse contexto, para Augustinho e Lima (2012) essas normas visam a convergência dos padrões contábeis brasileiros às normas internacionais e o aumento na transparência das ações governamentais, e por isso são premissas básicas da nova contabilidade pública do país “a harmonização e uniformização pelos entes federados da aplicação integral dos princípios fundamentais de contabilidade e das boas práticas governamentais em demonstrativos que reflitam adequadamente a despesa, a receita, o crédito orçamentário e o patrimônio público”.

A edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público vem destacando a importância dos aspectos patrimoniais no setor público, sem perder de vista as peculiaridades dos aspectos orçamentários, complementada pelas alterações na estrutura do Plano de Contas do Setor Público, na reestruturação dos Anexos da Lei Nº 4.320/64 e nas mudanças na Lei Nº 6.404/76 do setor privado, pelas Leis Nº 11.638/07 e 11.941/09, estão evidenciando aproximação entre as duas contabilidades e, ambas, em busca da convergência com as normas internacionais (CASTRO, 2011).

A Lei n. 4.320/64 afirma, em seu art. 85, que “[...] os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial [...]” dessa forma, pode-se perceber que, desde 1964, já existe a preocupação com a contabilidade patrimonial, até então sem muita ênfase no setor público. O que está acontecendo agora é o real cumprimento da lei (FEIJÓ, 2012).

Cabe salientar duas instruções normativas publicadas pela Controladoria Geral da União, as quais tratam do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas: Conforme a IN CGU

no 07/06, o planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal será consignado no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que conterà a programação dos trabalhos da unidade de auditoria interna para um exercício. Ainda, a Instrução Normativa SFC no 01, de 3 de janeiro de 2007, da Secretaria Federal de Controle Interno, estabelece o conteúdo do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) - que conterà as atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas constantes do PAINT do exercício anterior, bem como das ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação da unidade de auditoria (Neto, Cruz e Vieira – 2008).

Neste cenário, as inovações ocorridas na contabilidade pública têm como finalidade aprimorar e fortalecer as relações do estado com a sociedade a partir de informações precisas, confiáveis, íntegras, seguras, acessíveis e relevantes de forma a não apenas cumprir o papel de prestar contas, como também contribuam para uma gestão patrimonial e gerencial.

2.2. Controle Institucional E O Papel Das Auditorias Governamentais

Para Silva (2008), os controles internos são ferramentas que os gestores utilizam nos procedimentos, para assegurar que as informações geradas por eles sejam confiáveis e apresentem conformidade com as normas e políticas pré-estabelecidas. Ainda, enfatiza que: “O Controle Interno é a base de qualquer trabalho de auditoria, pois é através dele que os auditores podem avaliar o processo de gestão, bem como verificar se os erros e irregularidades estão sendo reduzidos.” (SILVA, 2008, p. 27).

Consoante o Conselho Federal de Contabilidade, "A auditoria interna tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios". Em primeira análise, quanto a relação com a administração da instituição, de acordo com o Decreto no 3.591/11, a auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes, ou, na falta destes, subordina-se diretamente ao dirigente máximo da instituição, sendo vedada delegação a outra autoridade (BRASIL, 2000).

Segundo Instrução Normativa nº 3 da Controladoria Geral da União:

(...) A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Outrossim, para VERDE e SZÉLIGA (1999, p.23), a auditoria interna é um “instrumento auxiliar de que dispõem as administrações modernas, na medida em que ajuda as entidades a alcançarem suas metas, proporcionando-lhes informações, análises e recomendações relacionadas com as obrigações e objetivos de sua gestão”, os autores ainda definem os trabalhos da auditoria interna como um conjunto de análises, revisões e avaliações independentes e objetivas, dos procedimentos e atividades existentes nas entidades, bem como de informações sobre o trabalho realizado e a situação patrimonial encontrada. (VERDE e SZÉLIGA, 1999).

Além disso, conforme Araújo, Arruda e Barreto (2008), a atuação dessa forma de controle não deve se limitar apenas aos aspectos contábeis das organizações e sim adentrar, na maioria das vezes, nos aspectos operacionais, que incluem questões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Ainda, Cruz e Glock (2003, p.27) destacam o papel predominantemente preventivo da auditoria interna, “(...) cujo principal resultado é o fortalecimento do controle interno”, sob os enfoques contábil, operacional, de gestão e de informática”.

Nesse contexto, surge a auditoria operacional, em face das limitações das informações somente financeiras fornecidas pelas auditorias tradicionais (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008), que busca testar os controles internos em função das determinações da direção, mas não se limita à validação ou não do sistema. Conforme explica Lopes de Sá (2009, p. 449), “a auditoria operacional busca conhecer a ‘funcionalidade’ do sistema e não apenas se ele existe em conformidade com as ‘normas’”.

Diante do exposto, percebe-se que se exige, portanto, uma postura proativa, direcionada pelos objetivos organizacionais. Esse aspecto da auditoria interna no setor público além de contribuir para a gestão dos recursos públicos e a entrega de serviços de qualidade aos seus usuários, promove o aumento do número de usuários, bem como amplia a transparência do gasto público.

Nesse cenário, as Auditorias Internas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES),

criadas em consonância com o Decreto no 3.591/00 e com a IN MF 1/01, têm a missão de, entre outros, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira, de material, patrimonial, operacional e de pessoal, objetivando a eficiência, a eficácia, a efetividade e o cumprimento da legislação pertinente.

2.3. Características da Informação Contábil do Setor Público

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. (NBC TSP - Estrutura Conceitual, 2016).

De acordo com a NBC TSP em questão, a relevância indica a capacidade da informação de influenciar significativamente o usuário, dessa forma, a informação financeira é considerada relevante caso tenha valor preditivo, confirmatório ou ambos. Para atender os critérios da representação fidedigna, ela precisa estar completa, ser neutra e estar livre de erros materiais. A compreensibilidade está relacionada com o entendimento do usuário, bem como, pode ser aprimorada quando a informação é classificada e apresentada com clareza. A tempestividade indica que a informação está disponível para os usuários enquanto tem capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização, como também para a tomada de decisão. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, ou seja, se refere a no mínimo dois itens. Dessa forma, permite que os usuários compreendam similaridades e também as diferenças. Por fim, a verificabilidade está estritamente relacionada com a representação fidedigna, ela implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso de que a informação não está enviesada ou apresenta erro material.

Com base no exposto, sabe-se que as recentes alterações na contabilidade pública brasileira, em sua origem, decorrem do movimento de convergência aos padrões

internacionais formalizadas pelo IASB como forma de melhoria na informação contábil. Neste sentido, Morais e Platt Netto (2011) afirmam que o processo de convergência foi estendido ao setor público visando à possibilidade de comparar resultados obtidos pelos entes governamentais e a melhora da qualidade da informação e da evidenciação contábil.

Nesse aspecto, segundo Augustinho e de Lima (2012) a transparência nas contas públicas depende do cumprimento de três aspectos: publicidade, compreensibilidade e utilidade das informações. Para os autores (2012, p.9) “cada um desses elementos pressupõe características que viabilizam a qualidade da informação, assim, a informação deve ser: pública e acessível; possuir linguagem e apresentação compreensível; deve ser relevante, comparável e confiável”.

Ainda, conforme Sothe e Scarpin (2009, p. 28) dentre os princípios estabelecidos pela constituição “a eficiência apresenta-se como fundamental para o cumprimento das funções atribuídas à administração pública”. Cabe salientar que a eficiência para Lima (2009) está em fazer o que é necessário ser feito com qualidade garantindo o menor custo possível, assim, a eficiência não é a redução de custos de qualquer modo, mas sim uma busca da melhor relação entre a qualidade do serviço e a qualidade do gasto, ou seja, uma balança entre a melhor técnica e o melhor preço.

Com isso, os fatos abordados demonstram a urgência em se aplicar as Inovações Contábeis correlacionadas, bem como da importância do Plano Anual de Auditoria (PAINT) e Relatório Anual de Auditoria (RAINT) como base para a Auditoria Interna Governamental, peça fundamental na manutenção da qualidade da Informação Contábil Pública.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.14) “A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

A hegemonia dos estudos quantitativos no campo da administração, que empregam na análise dos dados estatística descritiva e multivariada, teste de hipóteses entre outros, vem sendo questionada e faz crescer, mesmo que timidamente, os estudos qualitativos, que, em sua maioria, adotam a técnica de análise de conteúdo com o intuito de analisar os dados coletados (DELLAGNELO; SILVA, 2005).

O presente trabalho adotou como técnica metodológica a análise de conteúdo e a partir disso foi construída a base de dados compostas por categorias e subcategorias as quais deram origem nas descrições e considerações do artigo.

Cabe ressaltar que das 69 IFES brasileiras, 9 não apresentaram em seus sítios eletrônicos o PAINT tampouco o RAINTE no ano de 2018, são elas: UFAPE, UFCat, UFDPAr, UFJ, UFR, UFMG, UFTM, UFMA e UFOB, por isso, as mesmas não entraram no escopo da análise. Assim como, para o ano de 2019 esse número caiu para 7 IFES, incluindo UFCat, UFDPAr, UFJ, UFR, UFMG, UFTM e UFMA.

3.1 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados, popularizada por Laurence Bardin (1977) e segundo a autora constitui-se de etapas organizadas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. É válido ressaltar que outros autores propõem passos similares, como por exemplo Flick (2000), que com base em Mayring (1983), apresenta as seguintes fases para a análise de conteúdo: 1) síntese da análise de conteúdo; 2) análise explicativa de conteúdo e 3) a análise estruturadora de conteúdo. Nesse cenário essa metodologia, que consoante Mozzato e Grzybovski (2011), tem seu uso cada vez mais frequente e legitimada principalmente nos estudos qualitativos no

campo da administração, foi escolhida para a pesquisa.

Buscando-se atingir o objetivo do estudo, na etapa de pré-análise, foi escolhida a amostra, para isso extraiu-se dos sítios eletrônicos das 68 Universidades Federais brasileiras o RAINT e o PAINT. A partir disso foi realizada a organização do material a ser analisado.

Em seguida, iniciou-se a etapa da exploração do material, que de acordo com Bardin (2006) é de suma importância, pois irá possibilitar o incremento das interpretações e inferência. Sendo assim, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase, e por isso, foram escolhidas as variáveis a serem observadas para a construção da base de dados do trabalho. Nesse momento, criou-se uma planilha de excel com o intuito de categorizar as informações obtidas nos relatórios extraídos, explicadas no tópico 3.2.

Por fim, ainda segundo Bardin (2006), na terceira etapa, ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; portanto, é o momento da análise reflexiva e crítica. Assim, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram constatadas as recomendações encontradas nos PAINTS e RAINTS. Dessa, foi possível documentar quais foram os principais trabalhos realizados de auditoria financeira pelas auditorias das universidades e que tipos de testes foram realizados nos anos de 2018 e 2019 a fim de contribuir com o processo de convergência.

O quadro 1 apresenta as Universidades estudadas catalogadas por região, ainda, sua sigla e ano de fundação. Cabe ressaltar, que em alguns casos, esse ano é importante, pois pode explicar por exemplo a falta de um plano de auditoria.

Quadro 1: Relação de IFES analisadas por região

UNIVERSIDADE	SIGLA	FUNDAÇÃO	REGIÃO
Universidade Federal de Catalão	UFCat	2018	Centro-oeste
Universidade Federal de Goiás	UFG	1960	Centro-oeste
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	2005	Centro-oeste
Universidade Federal de Jataí	UFJ	2018	Centro-oeste
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	1979	Centro-oeste
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	1970	Centro-oeste
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	2018	Centro-oeste
Universidade de Brasília	UnB	1962	Centro-oeste
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1961	Nordeste
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	2018	Nordeste
Universidade Federal da Bahia	UFBA	1946	Nordeste
Universidade Federal do Cariri	UFCA	2013	Nordeste

Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	2002	Nordeste
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	2018	Nordeste
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	1968	Nordeste
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1955	Nordeste
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1946	Nordeste
Universidade Federal do Piauí	UFPI	1968	Nordeste
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	2005	Nordeste
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1958	Nordeste
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	1947	Nordeste
Universidade Federal de Sergipe	UFS	1968	Nordeste
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	2013	Nordeste
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	2010	Nordeste
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	2002	Nordeste
Universidade Federal do Ceará	UFC	1954	Nordeste
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1966	Nordeste
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	2013	Nordeste
Universidade Federal do Acre	UFAC	1970	Norte
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1913	Norte
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	2009	Norte
Universidade Federal do Pará	UFPA	1957	Norte
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	2002	Norte
Universidade Federal de Roraima	UFRR	1989	Norte
Universidade Federal do Tocantins	UFT	2000	Norte
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	1990	Norte
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	1971	Norte
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	1982	Norte
Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	2019	Norte
Universidade Federal do ABC	UFABC	2005	Sudeste
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1954	Sudeste
Universidade Federal Fluminense	UFF	1960	Sudeste
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	1960	Sudeste
Universidade Federal de Lavras	UFLA	1994	Sudeste
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	1969	Sudeste
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1920	Sudeste
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	1943	Sudeste
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	1968	Sudeste
Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ	1953	Sudeste
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	1957	Sudeste
Universidade Federal de Viçosa	UFV	1969	Sudeste
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	1953	Sudeste

Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	2002	Sudeste
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	1994	Sudeste
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	1979	Sudeste
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	1969	Sul
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	1953	Sul
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	2009	Sul
Universidade Federal de Pelotas	UFPel	1969	Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1934	Sul
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1956	Sul
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1960	Sul
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	2010	Sul
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	2008	Sul
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1909	Sul

Fonte: Elaborada pela autora

3.2 Categorias e Subcategorias

A seção de categorias apresenta as variáveis que compõem o banco de dados da pesquisa. Em primeira análise se observou se havia previsão no PAIN'T de auditoria contábil /financeira com o enfoque patrimonial. Posteriormente, observou-se se a previsão havia sido realizada e caso realizada, constava no RAIN'T as recomendações aos demonstrativos contábeis das IFES. Ademais, verificou-se a previsão de auditoria contábil/financeira no PAIN'T não executada, seus motivos e ressalvas. Por fim, foram analisadas as ações e os trabalhos da Auditoria contábil/financeira para o ano de 2019 conforme o PAIN'T, bem como as Recomendações emitidas e implementadas no exercício e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAIN'T (Item III do Art.17 da IN 9/2018 – CGU).

Quadro 2: Categorias e Subcategorias analisadas nos trabalhos de Auditoria Interna

Categorias	Subcategorias	Fontes
PAINT foi publicado?	RAIN'T foi publicado?	PAINT e RAIN'T
Houve previsão no PAIN'T de	Houve a previsão de auditoria	PAINT

auditoria financeira?	financeira no PAINTE e não executou?	
Caso tenha previsão no PAINTE, a auditoria financeira foi realizada?	Atividades da auditoria contábil/financeira previstas no PAINTE e não realizadas no RAINTE	RAINTE
Caso realizada, consta no RAINTE as recomendações/ressalvas aos demonstrativos contábeis das IFEs?	Recomendações emitidas e implementadas e não implementadas na elaboração do RAINTE	RAINTE
Ações da Auditoria contábil/financeira	Atividades da auditoria contábil/financeira previstas no PAINTE e não realizadas no RAINTE	PAINTE e RAINTE
Ações da Auditoria contábil/financeira	Trabalhos de auditoria contábil/financeira realizados sem previsão no PAINTE	RAINTE

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Diante das informações expostas no presente trabalho, conclui-se que a qualidade da auditoria interna contribui para os processos de governança das organizações. Dessa forma, a elaboração do PAINT e do RAINT se mostram peças importantes para que seja realizada a emissão do Parecer de Auditoria das Contas Anuais das instituições. No entanto, apesar de sua importância, os relatórios em questão não foram publicados de maneira acessível em seus sítios eletrônicos por todas as IFES exploradas, desse modo, torna-se necessária uma preocupação das universidades com o local onde os instrumentos são publicados e sua acessibilidade.

Em primeira análise, conforme afirmado na metodologia, das Universidades estudadas na pesquisa, 9 não apresentaram o PAINT tampouco o RAINT no ano de 2018, são elas: UFAPE, UFCat, UFDPAr, UFJ, UFR, UFMG, UFTM e UFMA e UFOB. Cabe ressaltar, que das instituições citadas, 5 foram fundadas no ano analisado, esse fato justifica a ausência dos relatórios em questão. Em relação ao período de 2019, esse número caiu para 7 IFES, pois a UFAPE apresentou o RAINT e a UFOB ambos.

Ademais, duas universidades apresentaram o PAINT e não o RAINT no ano de 2018: UFCSPA e UFERSA, é válido postular que no ano seguinte ambas publicaram os 2 relatórios. Já em 2019, outras quatro publicaram apenas o PAINT: UFAPE, UFPA, UFPI e UNIFEI. Por fim, em 2018, quatro publicaram o RAINT apesar de não terem publicado o PAINT: UFOPA, UFSB, UFT e UNIVASF, no ano consecutivo, apenas a UNIVASF e UFOPA continuaram com apenas o RAINT.

Nesse sentido, cabe ressaltar que conforme citado no referencial teórico da pesquisa, de acordo com a IN CGU no 07/06, o planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal será consignado no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que conterà a programação dos trabalhos da unidade de auditoria interna para um exercício. Portanto, nota-se que nem todas as entidades em questão estão seguindo a Instrução Normativa.

Outrossim, vale destacar as adversidades encontradas na busca das informações, já que, além de não serem disponibilizados por todas as faculdades, o PAINT e o RAINT são publicados em locais diferentes a depender da universidade. Algumas IFES publicam em seus

sítios eletrônicos separadamente os relatórios, algumas na seção de papéis de trabalho da auditoria interna, outras como uma extensão no acesso à informação, entre outros. Diante disso, é notório que a falta de padronização retarda as futuras pesquisas realizadas a partir desses documentos. Ainda, cabe reiterar o pensamento de Moraes e Platt Netto (2011) os quais afirmam que o processo de convergência foi estendido ao setor público visando à possibilidade de comparar resultados obtidos pelos entes governamentais e a melhora da qualidade da informação e da evidenciação contábil. Assim, uma possível padronização entre os escopos de auditoria e os locais onde os relatórios são publicados facilitaria a comparabilidade das informações.

Dito isso, é possível analisar a parte primordial do trabalho. Ela busca compreender se dentro dos PAINTS publicados existiu previsão para auditoria contábil financeira, ou seja, procedimentos dos ativos, passivos, receitas e despesas e, caso tenha existido, se essa previsão foi realizada. Para isso, pode-se observar os quadro 3 e 4.

Quadro 3: Quantitativo IFES analisadas por região ano de 2018

Região	Houve previsão no PAINT de auditoria financeira	Não houve previsão	Auditoria realizada	Auditoria não realizada
Centro-Oeste	4	4	4	4
Nordeste	11	9	7	13
Norte	5	6	5	6
Sudeste	11	8	10	9
Sul	5	6	4	7
Total	39	30	33	36

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 4: Quantitativo IFES analisadas por região ano de 2019

Região	Houve previsão no PAINT de auditoria financeira	Não houve previsão	Auditoria realizada	Auditoria não realizada
Centro-Oeste	5	3	5	3
Nordeste	11	9	8	12
Norte	4	7	3	8
Sudeste	13	6	12	7
Sul	6	5	6	5
Total	39	30	33	36

Fonte: Elaborada pela autora

Diante do quadro apresentado, pode-se perceber que 43% das Universidades Federais não fizeram nenhuma previsão relacionada a auditoria financeira no seu Plano de Auditoria, apesar disso, 48% realizou. É lícito postular que 38% das IFES do Centro-Oeste, 65% do Nordeste, 73% do Norte, 37% do Sudeste, 46% do Sul não realizaram nenhum tipo de auditoria financeira. Cabe destacar as regiões onde mais se procedeu com auditoria financeira as quais foram Centro-Oeste e Sudeste. Em contrapartida, a região Norte, tem apenas 37% de suas faculdades praticando essa auditoria.

Ademais, é imperioso salientar que apesar das Instruções Normativas citadas, da obrigatoriedade do Parecer de Auditoria das Contas Anuais e da importância de se auditar as contas públicas, o número ainda é baixo quando se analisa um contexto geral. No entanto, nota-se o aumento da preocupação pública com a publicação desses relatórios a partir das resoluções publicadas. Como por exemplo a nova Instrução Normativa da CGU, publicada em agosto de 2021 que trata prioritariamente do PAINT e RAIN, bem como do parecer da auditoria. Por isso, torna-se primordial abordar o assunto dentro das instituições e na comunidade acadêmica.

Além disso, o quadro 4 demonstra as principais ações realizadas relacionadas a auditoria financeira nos anos em questão. Destaca-se a auditoria de registros contábeis, análise e parecer sobre as contas dos anos anteriores e a auditoria de bens patrimoniais, que mais se aproximam do conceito de auditoria patrimonial/ financeira referenciado na pesquisa.

Quadro 4: Relação das principais ações da auditoria financeira

Principais ações da auditoria financeira (2018)	Principais ações da auditoria financeira (2019)
Análise da folha de pagamento/ despesa de pessoal	Análise da execução orçamentária da despesa.
Análise e parecer sobre contas de 2017	Análise da folha de pagamento/ despesa de pessoal
Auditoria de auxílios/bolsas concedidas a estudantes	Análise e parecer sobre contas de 2018
Auditoria de bens patrimoniais	Auditoria de auxílios/bolsas concedidas a estudantes
Auditoria de cartões corporativos	Auditoria de bens patrimoniais
Auditoria de registros contábeis	Auditoria de cartões corporativos
Auditoria em pagamento de auxílio a Pesquisadores	Auditoria de contratos terceirizados
Auditoria sobre a despesa de exercícios anteriores	Auditoria de registros contábeis.
Gestão de aposentadorias e pensões	Gestão de aposentadorias e pensões
Gestão de convênios/ contratos/ licitações	Gestão de convênios e contratos

Gestão de obras	Gestão de obras/ manutenções
Gestão de suprimentos/ almoxarifado	Gestão de suprimentos/ almoxarifado

Fonte: Elaborado pela autora

É de referir, a Universidade Federal do Cariri, Estado do Ceará, que em seu PAIN'T apresentou como previsão analisar os registros contábeis mais relevantes e a gestão patrimonial. Em seguida, publicou o RAIN'T com essas ações cumpridas, bem como recomendação da auditoria para fortalecer os controles internos para o ano de 2018 e 2019. Ainda, durante o exercício de 2019, além da execução das ações de auditoria, realizou monitoramento das ações outrora realizadas que ainda possuíam recomendações pendentes de atendimento, a fim de verificar a aderência e a efetividade das providências implementadas.

Ademais, a Faculdade Federal Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro, propôs verificar a conformidade das contas contábeis mais relevantes, a partir das informações constantes no seu balancete no ano de 2018. Já durante o ano de 2019, a universidade auditou as demonstrações contábeis do 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019, além disso, apresentou diversas recomendações em seu RAIN'T.

Por fim, tem-se o quadro 5, que indica as principais recomendações feitas para auditoria financeira nos anos estudados. Cabe citar que das 69 universidades, 23 fizeram alguma recomendação da auditoria no ano de 2018. No ano de 2019 esse número caiu para 14 recomendações. Diante desse pequeno número de recomendações entre as faculdades analisadas, fica o questionamento: a enxuta amostra de recomendações se justifica pela correta aplicação da auditoria operacional e pró-ativa explicada ao longo do trabalho ou a falta de padronização do escopo da auditoria interna entre as universidades dificulta o enfoque da auditoria financeira e as recomendações passam despercebidas?

Quadro 5: Relação das principais recomendações da auditoria

Principais recomendações da auditoria (2018)	Principais recomendações da auditoria (2019)
Conscientizar responsáveis da importância da conferência física dos bens patrimoniais/ controle de bens patrimoniais (orientação por manuais etc)	Auxílios financeiros não contabilizados - Implantar melhorias nos controles que verifiquem a ocorrência de erros
Elaboração de uma planilha mensal/controle antes do pagamento da fatura dos processos de contratos.	Promover melhorias no controle interno
Promover melhorias no controle interno	Verificar se todos os Bens Imóveis apresentados no Balanço Patrimonial estão registrados

Passar a utilizar os modelos de contratos padronizados pela AGU, e inclusive atualizados nos termos da IN n° 5/2017,	Recomenda-se a revisão da memória e da base de cálculo da depreciação
Promover a capacitação dos agentes envolvidos na instrução dos processos licitatórios	Auditoria de suprimento de fundos - Elaborar folha de verificação quanto ao conteúdo dos Estudos Preliminares à luz da IN/MPDG n° 05/2017
Divulgar, mensalmente e em local de fácil acesso, os relatórios mensais relativos à assistência estudantil, de modo a mitigar fraquezas	Formalizar e divulgar manuais referentes à gestão do patrimônio móvel
Recomenda-se a revisão da memória e da base de cálculo da depreciação	Promover a realização anual de inventário dos bens móveis
Verificar se todos os Bens Imóveis apresentados no Balanço Patrimonial estão registrados	Implementação de mapas de processo para a realização de concurso público
Desenvolver controles internos para confiabilidade/consistência dos indicadores de gestão	Implantação de rotinas de controle de recebimento de ressarcimento, retribuição, saldos residuais e contas a receber.
Gestão e controle sobre atos relativos à concessão de diárias e passagens/ Auditoria de suprimento de fundos.	Desenvolver plano de ação, contemplando prazos, metas e responsáveis pela reavaliação de bens móveis permanentes.

Fonte: Elaborada pela autora

Diante do questionamento feito anteriormente, é possível citar exemplos de universidades que conseguiram demonstrar maior preocupação com o cumprimento das normas de auditoria interna com enfoque patrimonial. Essas IFES poderiam ser utilizadas como um possível padrão para um escopo da auditoria interna, já que seguiram as Instruções Normativas, verificaram contas patrimoniais conforme o Manual de Auditoria Financeira do TCU, além de acompanharem por meio das recomendações a realização das melhorias.

Nesse cenário, vale destacar novamente a Universidade Federal Fluminense, a auditoria interna da faculdade fez diversas recomendações, incluindo a verificação dos registros dos bens móveis e de suas depreciações devidamente calculadas; o ajuste dos lançamentos do exercício em análise, assim como de exercícios anteriores com intuito de ajustar o Balanço Patrimonial para que represente adequadamente o ativo da universidade; bem como, a melhora nos controles internos das contas mais relevantes. Além disso, o RAINTE publicado pela instituição mostra que as recomendações estão sendo atendidas e monitoradas.

Outrossim, a Universidade Federal de São Carlos, do Estado de São Paulo, conforme o seu PAINT, em 2018, previu acompanhar, tal qual orientar a elaboração da Prestação de Contas do ano de 2017 e solicitou que fossem desenvolvidos controles internos para

confiabilidade/consistência dos indicadores de gestão da faculdade. Já no ano de 2019, a mesma realizou auditoria na Arrecadação de Receitas da universidade e fez 17 recomendações, as quais incluem: adequação de processos para atender a legislação vigente, juntamente com a implementação de controles internos que garantam o atendimento e institucionalização dos procedimentos; implementação de controles internos para a aplicação de reajuste de aluguéis no setor responsável pela gestão de imóveis; implementação de mapas de processo para as atividades da universidade; implantação de rotinas para controle do recebimento de ressarcimento, retribuição e saldos residuais pelos fiscais de contrato e contas a receber, entre outras.

Para mais, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2018, previu em seu PAINT a Gestão Patrimonial focada na Reavaliação de bens e no Sistema de Controle Patrimonial de bens imobiliários, móveis e Equipamentos. A auditoria recomendou a alocação dos bens móveis às respectivas contas contábeis; além da correção das inconsistências da depreciação de bens móveis; bem como o desenvolvimento de ações para a reavaliação dos bens imóveis. No ano de 2019 a faculdade auditou suas Receitas Próprias e alegou fragilidade nos controles da instituição, em decorrência disso, foi implementado um novo sistema para acompanhamento dos serviços prestados.

Diante do exposto, conclui-se que as ações e recomendações da auditoria nas IFES analisadas demonstram fragilidades nos controles internos de muitas universidades. Com isso, percebe-se que apesar da crescente tendência de se realizar o trabalho de auditoria com enfoque no controle interno, existem dificuldades e devem ser executadas melhorias nesse processo. Ademais, é lícito destacar mais uma vez o pensamento de Silva (2008, p.27) o qual afirma que “O Controle Interno é a base de qualquer trabalho de auditoria, pois é através dele que os auditores podem avaliar o processo de gestão, bem como verificar se os erros e irregularidades estão sendo reduzidos.”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Constituição Federal, as Universidades Federais são pessoas jurídicas de direito público, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, além de gestão financeira, bem como patrimonial. No entanto, apesar da autonomia, essas autarquias devem encaminhar o seu Parecer de Auditoria das Contas Anuais. Sabe-se que uma auditoria interna eficiente é essencial para atestar as informações contábeis e para verificar os mecanismos de controle existentes na instituição.

A contar da data escolhida para o início do trabalho, já eram esperadas dificuldades para a formulação da base de dados, visto que não há padronização entre os PAINTS e RAINTS das universidades, assim, algumas publicaram ambos relatórios mas não previram auditoria financeira, outras não chegaram a divulgar os documentos, entre outras adversidades. Além disso, por comparar em 2 anos, as variáveis da pesquisa são dobradas. Dessa forma, a análise crítica ocorreu de maneira regionalizada, bem como limitou-se às melhores práticas e ações globais ocorridas na amostra.

Apesar das adversidades citadas anteriormente, os problemas e objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que reuniu as informações dos PAINTS e RAINTS de todas as universidades federais brasileiras que os publicaram de maneira acessível, mapeou a existência de auditoria financeira em cada uma delas e a partir disso analisou as principais ações e testes relacionados a auditoria financeira, além as recomendações desse trabalho de asseguarção, para assim, contribuir com a qualidade da informação contábil das IFES.

Diante do exposto na pesquisa, pode-se observar o crescimento da preocupação com a auditoria financeira nas IFES brasileiras. Essa curva de progresso é observada no aumento de normas contábeis à respeito do assunto como citado no referencial teórico do trabalho, mas também nas amostras analisadas quando se observa o número de PAINTS e RAINTS não publicados pelas entidades o qual caiu de 2018 para 2019. Ainda, a recomendação de auditoria mais recorrente foi a promoção de melhorias no controle interno das universidades, fato que comprova a tendência de crescimento da auditoria pró-ativa com enfoque patrimonial.

Cabe ressaltar que apesar do desenvolvimento citado, entre as principais ações de auditoria, o enfoque maior é dado para questões orçamentárias, em detrimento das patrimoniais. Por

isso, a pesquisa torna-se diferencial, já que demonstra e analisa a auditoria patrimonial, com enfoque nos procedimentos dos ativos, passivos, além de receitas e despesas. Ademais, é um estudo comparativo completo, que engloba todas as universidades federais brasileiras no período de 2 anos. Outrossim, esse trabalho é importante para as auditorias internas de qualquer universidade federal, visto que apresenta melhorias e boas práticas na adequação às normas.

Por fim, esse trabalho abre vistas a outros, que podem voltar para um escopo padrão do trabalho de auditoria das universidades ou manuais globais de auditoria interna para IFES. Outra alternativa é a análise dos controles internos já implementados pelas universidades e possíveis estratégias para o fortalecimento dos mesmos. A linha de pesquisa é ampla além de necessária, devido a limitação de trabalhos a respeito do tema e a ascensão da auditoria financeira no setor público.

REFERÊNCIAS

DE LIMA AMARAL, Neuton Alcedir et al. CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA INTERNA PARA A EFICIÊNCIA DO CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 4, n. 1.

NETO, Orion Augusto Platt; DA CRUZ, Flávio; VIEIRA, Audí Luiz. Planejamento das atividades de auditoria interna nas universidades federais brasileiras: apresentação do embasamento normativo. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 7, n. 20, p. 29-42, 2008.

AVELINO, Bruna Camargos; COLAUTO, Romualdo Douglas; ANGOTTI, Marcello. Política de evidenciação de informações do setor público no Estado de Minas Gerais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p. 47-62, 2012.

AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE LIMA, Isaura Alberton. A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 76-88, 2012.

PICCOLI, Marcio Roberto; DA SILVA, Patricia. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) e novo plano de contas (PCASP): a percepção dos contadores públicos sobre as mudanças no setor. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 67-76, 2017.

DO PRADO, Joyce Dias; PAIVA, Amanda Almeida. Convergência da contabilidade pública

às normas internacionais. **Negócios Em Projeção**, v. 8, n. 1, p. 161-174, 2017.

MONTEIRO, Renato Pereira; PEREIRA, Cleber Augusto; PEREIRA, Neimar Sousa Pinto. O impacto das reformas da administração pública brasileira na regulação contabilística do setor. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 3, n. 6, 2014.

BRASIL. **Normas Brasileiras de Contabilidade**, NBC TI 01, de 21 de novembro de 2003. Dispõe da auditoria interna. Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

BRASIL. Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC T 16.1, de 21 de novembro de 2008. Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2001. **Instrução Normativa nº 9, de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências..** Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745/do1-2018-10-11-instrucao-normativa-n-9-de-9-de-outubro-de-2018-44939518 > Acesso em 11 de julho de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2001. **Instrução Normativa nº 84, de 2020. Estabelece normas para a tomada e**

prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília-DF, 30 de abril de 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795> > Acesso em 9 de julho de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2001. **Instrução Normativa nº 3, de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.** Brasília-DF, 6 de fevereiro 2001. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19111706/do1-2017-06-12-instrucao-normativa-n-3-de-9-de-junho-de-2017-19111304 > Acesso em 5 de agosto de 2021.

DE CONTAS, Tribunal. Manual de Auditoria. **Tribunal de Contas**, v. 1, p. 9, 1999.

AO SETOR, Manual de Contabilidade Aplicada. Público (MCASP)–7ª Edição Parte: Geral, I, II, III, IV e V. 2017. **Recuperado em**, v. 10, 2018.

LISTA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_universidades_federais_do_Brasil&oldid=58279747 > Acesso em 1 de maio de 2021.

APÊNDICE(S)

IFES (2018)	O PAINT foi publicado?	O RAINT foi publicado?	Tem previsão no PAINT de auditoria financeira?	Caso tenha previsão no PAINT, a auditoria realizada?	Ações da Auditoria contábil/financeira para o ano de 2018 (PAINT)	Atividades da auditoria financeira previstas no PAINT 2018, não realizadas (RAINTE).	Trabalhos de auditoria contábil/financeira realizados sem previsão no PAINT 2018 que mantém relação com auditoria financeira	Recomendações (auditoria financeira) emitidas e implementadas no exercício e não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAINTE (Item III do Art.17 da IN 9/2018 – CGU)
Universidade Federal do Rio Grande(FURG)	SIM	SIM	Não.	Não houve previsão.	Gestão financeira.	Não houve previsão de auditoria contábil/financeira no Paint.	Análise de provisão realizada para pagamento de multas no HU.	
Universidade Federal do ABC(UFABC)	SIM	SIM	Sim, mapeamento dos controles referentes ao registro e guarda do patrimônio móvel da UFABC. Planejamento e acompanhamento da gestão das obras da UFABC.	Sim (em implementação).	Gestão do patrimônio móvel e gestão de obras.	Gestão de obras.	Não.	1. Conscientizar a comunidade da importância da conferência física dos bens patrimoniais; 2. Orientar responsáveis por bens patrimoniais. 3. Garantir um local adequado para armazenamento de bens permanentes de forma temporária. 4. Verificar possibilidade de criar fórum ou site para cadastro e disponibilização de itens ociosos, sem interferência do setor de patrimônio.5. Incluir no Manual de Patrimônio, orientação sobre a necessidade de as áreas definirem e divulgarem política/procedimento de empréstimo;6. Demandar o envio de relatórios periódicos à divisão de patrimônio, dos bens movimentados por empréstimo.
Universidade Federal do Acre(UFAC)	SIM	SIM	Não					
Universidade Federal de Alagoas(UFAL)	SIM	SIM	Sim, Acompanhamento dos processos de contratação e execução de obras de construção civil observando a compatibilidade dos projetos programados com o devido cronograma de andamento e execução das obras realizadas. Acompanhamento dos processos licitatórios para a aquisição de bens e	Sim. Foi realizado o acompanhamento dos processos licitatórios. O acompanhamento dos processos de contratação e execução de obras de construção civil não foi realizado.	Atuação no acompanhamento preventivo e analítico da conformidade legal dos processos licitatórios realizados. Análise de modo a mitigar a ocorrência de eventuais falhas e impropriedades, propiciando uma melhor avaliação quanto ao adequado cumprimento dos procedimentos e normativos legais.	Acompanhamento dos processos de contratação e execução de obras de construção civil e não houveram justificativas ou ressalvas a respeito.	Não houve.	Não houveram recomendações.
Universidade Federal do Amazonas(UFAM)	SIM	SIM	Sim. Almoarifado (aquisições) e processos licitatórios e contratos.	Sim, foi realizada a gestão de almoarifados e a de processos licitatórios.	Almoarifado (aquisições) e processos licitatórios e contratos.	Não houve.	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco(UFAPE)	não encontrado	não encontrado						
Universidade Federal da Bahia(UFBA)	SIM	SIM	Sim. Auditar Bens patrimoniais. Auditar processo relacionado a obra e transporte. Auditar processos relacionados a contratos.	Sim, foram verificados os processos relacionados a bens patrimoniais e contratos. Não foram auditados os processos relacionados a obra e transporte.	Foram auditados/ verificados os processos relacionados a bens patrimoniais e contratos.	Não foram auditados os processos relacionados a obra e transporte.	Não houve.	1. Elaborada planilha-mensal a ser feita antes do pagamento da fatura dos processos de contratos. Exigir que a empresa contratada de vigilância apresente, antes do pagamento da fatura cópias das folhas de ponto e descontos para horas trabalhadas a menor - Recomendações atendidas. 2. Quanto a verificação dos processos relacionados aos controles de bens patrimoniais, os trabalhos iniciais foram direcionados a realização de auditoria junto à escola de medicina veterinária, especificamente na verificação dos bens patrimoniais das fazendas experimentais, localizadas em cidades do interior da Bahia. 3. Que a SUPAC oriente os Departamentos e as Coordenações nos processos de solicitação de contratação de docente por tempo determinado, os encargos previstos para professor substituto - Implementada. 4. elabore normas e procedimentos que atendam integralmente esses objetivos. Que sejam adotadas medidas no sentido aprimorar os controles sobre os bens patrimoniais da UFBA, com ampla divulgação quanto a obrigatoriedade da realização de inventários.
Universidade Federal do Cariri(UFCA)	SIM	SIM	Sim. Gestão de Suprimentos, bens e serviços. Avaliar a legalidade dos processos licitatórios, procedimentos legais e controles interno, assim como acompanhar o cumprimento das recomendações do setor. Gestão Patrimonial - Gestão dos laboratórios. Auditar registros contábeis e folhas de pagamento.	Sim, foram realizadas, fora do prazo previsto.	Avaliar a legalidade dos processos licitatórios, procedimentos legais e controles interno, assim como acompanhar o cumprimento das recomendações do setor. Gestão Patrimonial - Gestão dos laboratórios.	Não houve.	Não houve.	Aprimorar os controles internos, a fim de evitar a ausência de informações necessária nos estudos, plantas, projetos e qualquer outro Trabalho de Contratos, do PAINT engenharia, de arquitetura e de agronomia, em conformidade com os Art.s 13 e 14 da Lei no 5.194/66. Aprimorar os controles internos, a fim de verificar se os requisitos de habilitação exigidos em edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente.
Universidade Federal de Catalão(UFCat)	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO						

Universidade Federal de Campina Grande(UFCG)	SIM	SIM	Sim, a avaliação da regularidade dos processos licitatório e avaliação da execução de contratos de terceirização.	Sim, foram realizados trabalhos de auditoria referentes à análise dos controles internos adotados na fiscalização dos contratos terceirizados.	Avaliação da regularidade dos processos licitatório e avaliação da execução de contratos de terceirização.	Não houve.	Não houve.	1 (contratos e convênios): Que o CFP aprimore seus controles internos, cuidando para que seja observado o princípio da segregação de funções, abstendo-se de atribuir simultaneamente a um mesmo agente as funções de executor e fiscal de contratos ou convênios. 2. Elaborar cálculos acerca do fardamento não entregue durante o período de vigência contratual, para que seja providenciado o devido ressarcimento no erário pelos valores indevidamente pagos. 3. Efetuar levantamento de quantas limpezas e lubrificações trimestrais das armas deixaram de ser feitas ao longo do período de vigência contratual e elaborar os devidos cálculos acerca do valor pago para
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre(UFCSA)	SIM	NÃO ENCONTRADO	Sim, Gestão Patrimonial – Almoxarifado. Gestão de Suprimentos de bens e serviços – Cartão Corporativo. Gestão de suprimento de bens e serviços – Contratos de serviços continuados, Inexigibilidades e Dispensas.	Não.	Gestão Patrimonial – Almoxarifado. Gestão de Suprimentos de bens e serviços – Cartão Corporativo. Gestão de suprimento de bens e serviços – Contratos de serviços continuados, Inexigibilidades e Dispensas.	Raint não encontrado.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Delta do Parnaíba(UFDPar)	não encontrado	não encontrado						
Universidade Federal Rural do Semi-Árido(UFERSA)	SIM	NÃO	Sim, Gestão patrimonial – Bens móveis e imóveis. Gestão de Pessoal – Indenizações, movimentações, benefícios e pagamentos. Gestão de suprimentos de bens e serviços – Contratos e gestão de almoxarifado.	Não.	Sim, Gestão patrimonial – Bens móveis e imóveis. Gestão de Pessoal – Indenizações, movimentações, benefícios e pagamentos. Gestão de suprimentos de bens e serviços – Contratos e gestão de almoxarifado.	Raint não encontrado.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Espírito Santo(UFES)	SIM	SIM	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não houve previsão de auditoria contábil/ financeira no PAINT.	Transparência e prestação de contas.	Apenas quadro quantitativo (gráfico), contendo as recomendações.
Universidade Federal Fluminense(UFF)	SIM	SIM	Sim, PROPLAN - DCF - Conformidade dos registros contábeis. Análises das contas contábeis mais relevantes, constantes do balanço etc. Controle das receitas de multas e outros serviços prestados pela biblioteca, o controle do acervo bibliográfico, os controles de entrada e saída da biblioteca.	Em curso.				
Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS)	SIM	SIM	Sim, Adicionais de Insalubridade e Periculosidade (Gestão de Pessoas/Benefícios e Pagamento Remanescente PAINT 2017).	Sim.	Adicionais de Insalubridade e Periculosidade (Gestão de Pessoas/Benefícios e Pagamento Remanescente PAINT 2017).	Bolsas (Gestão Finalística/Ensinio – Gestão Financeira e Orçamentária) – Reprogramada para o PAINT de 2019.	Não houve.	Apenas quadro quantitativo contendo as recomendações.
Universidade Federal de Goiás(UFG)	SIM	SIM	Sim, Auditoria em processos de manutenção e conservação de bens imóveis. Auditoria em processos sobre vencimentos e Salários. Auditoria em processos de pagamento de auxílio a Pesquisadores. Auditoria em processos de pagamento de material de processamento de dados, Auditoria em processos de pagamento de bolsas do Projeto Esporte e Lazer. Auditoria em processos de Auxílio Financeiro a	Auditoria em processos de manutenção e conservação de bens imóveis. Auditoria em processos sobre vencimentos e Salários. Auditoria em processos de pagamento de auxílio a Pesquisadores. Auditoria em processos de pagamento de material.	Auditoria em processos de manutenção e conservação de bens imóveis. Auditoria em processos sobre vencimentos e Salários. Auditoria em processos de pagamento de auxílio a Pesquisadores. Auditoria em processos de pagamento de material de processamento de dados, Auditoria em processos de pagamento de bolsas do Projeto Esporte e Lazer. Auditoria em processos de Auxílio Financeiro a	Auditoria em processos de pagamento de bolsas. Auditoria em processos de Estudantes concedidos por meio da Coordenadoria de Assuntos Internacionais.	Auditoria em processos sobre vencimentos e salários (Progressão por Capacitação). Quantificação de Benefícios Financeiros Decorrentes da Atividade da Auditoria Interna .	Apenas quadro quantitativo contendo as recomendações.
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	SIM	SIM	Sim, Manutenção de infraestrutura de equipamentos, bens móveis e edificações. Acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão / Prestação de Contas.	Sim, foi realizado o acompanhamento da elaboração do relatório de gestão/ prestação de contas. Não foi realizada a análise das contratações de serviços de manutenção da estrutura, equipamentos, bens móveis e edificações.	Verificar a forma como a gestão tem realizado a preparação dos recursos humanos para a fiscalização de contratos. Analisar as contratações de serviços de Manutenção, infraestrutura, equipamentos, bens móveis e edificações. Acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão /Prestação de Contas.	Analisar as contratações de serviços de Manutenção, infraestrutura, equipamentos, bens móveis e edificações.	Não houve.	Apenas quadro quantitativo das recomendações.
Universidade Federal de Jataí(UFJ)	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO						
Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF)	SIM	SIM	Sim, Realizar auditorias ordinárias mediante a avaliação em Macroprocessos de Suporte e Finalísticos.	Sim.	Auditorias ordinárias de avaliação e vinculadas ao monitoramento considerando o resultado por macroprocessos constante da matriz de riscos e definindo o planejamento operacional a partir de processos de trabalho e temas a serem selecionados entre as áreas de controles da gestão, educação à distância, ensino, orçamentária, patrimonial, recursos humanos e suprimento de bens e gestão	Não houve.	Contratação de Seguro de Acidentes Pessoais para Alunos dos dois Campi da UFJF – Solicitado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade Federal de Lavras(UFLA)	SIM	SIM	Sim, Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2017. Aquisição de materiais, contratações de serviços e contratos de gestão. Pagamento a fornecedores, gestão do patrimônio imobiliário e mobiliário. Concessão de benefícios e auxílios.	Sim.	Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2017.	Não houve.	Não houve.	1. Divulgar, mensalmente e em local de fácil acesso, os relatórios mensais relativos à assistência estudantil, de modo a mitigar a fraudeza FR 11 do Relatório de Levantamento TC 014.275/2015-5 – Fiscalização 25/2015 do TCU. 2. Assegurar a publicação das principais informações sobre seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e contratação de obras e serviços, com dados sobre o certame e o contrato. 3. Assegurar o acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994.
Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO						

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	SIM	SIM	Sim. Auditar contratações de serviços, manutenção e apoio administrativo. Incentivo a qualificações - Analisar os procedimentos de concessão de incentivo à qualificação com a finalidade de correção de desvios.	Apenas foi realizada a análise dos procedimentos de concessão de incentivos. As contratações não foram realizadas.				1. Cobrar ressarcimento da empresa Gibim Grafica e Editora Ltda referente aos serviços não executados de ACABAMENTO PARA BANNER, e ALCEAMENTO E COSTURA; 2. Notificação de empresas por pagamentos recebidos sem a prestação de serviço. 3. Instaurar Tomada de Contas Especial com a finalidade de buscar o ressarcimento das empresas.
Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT)	Não encontrado	Não encontrado						
Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP)	SIM	SIM	Sim. Gestão Patrimonial, planetar, executar e avaliar as ações de administração dos bens móveis e imóveis. Atualização e lançamento de registro. Gerenciamento de contratos e convênios. Gestão do processo licitatório para contratação de serviços, obras e compras de materiais.	Gestão Patrimonial, planetar, executar e avaliar as ações de administração dos bens móveis. Atualização e lançamento de registro. Gerenciamento de contratos e convênios e licitações.	Gestão Patrimonial, planetar, executar e avaliar as ações de administração dos bens móveis e imóveis. Atualização e lançamento de registro. Gerenciamento de contratos e convênios. Gestão do processo licitatório para contratação de serviços, obras e compras de materiais.	Gestão de bens móveis e transportes.	Não houve.	1. Promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, a título de pensão civil, aos beneficiários dos ex-servidores. 2. Providenciar a regularização patrimonial dos imóveis em que não houve perda dos registros categoriais. 3. Implementar rotinas ou procedimentos para verificação da completude e adequabilidade dos registros contábeis. 4. Providenciar o devido registro no sistema SPIUnet das repúblicas que não constam no sistema.
Universidade Federal do Oeste do Pará(UFOPA)	NÃO ENCONTRADO	SIM						
Universidade Federal do Pará(UFPA)	SIM	SIM	Sim. Gestão Patrimonial (Verificar o Controle, inventário, guarda e conservação de bens da UFPA). Gestão do Suprimento de Bens e Serviços.	Sim, foi realizada a gestão patrimonial.	Gestão Patrimonial.	Acompanhamento da gestão de aquisições de bens e serviços nem o acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e prestação de Serviço de Manutenção.	Não houve.	
Universidade Federal da Paraíba(UFPB)	SIM	SIM	Sim. Análise e parecer sobre as Contas de 2017.	Sim.	Análise e parecer sobre contas de 2017.	Não.	Não houve.	
Universidade Federal de Pernambuco(UFPE)	SIM	SIM	Sim. Gestão Financeira.Despesa de exercícios anteriores. Pessoal cedido (Verificar a regularidade do reembolso das remunerações pagas aos servidores cedidos com ônus para o órgão o reembolso dos encargos sociais incidentes sobre essas remunerações).	Sim. Foi realizada auditoria sobre bens móveis, sobre veículos e sobre o pessoal cedido. Auditoria sobre a despesa de exercícios anteriores.	Foi realizada auditoria sobre bens móveis, sobre veículos e sobre o pessoal cedido. Auditoria sobre a despesa de exercícios anteriores.	Sim, auditoria de contratos.	Auditoria Especial – Convênio FADE - UFPE - CHESF CT- Identificar as falhas ocorridas a partir da análise das despesas realizadas, dos pagamentos com atesto do coordenador e por funcionários da FADE referentes ao contrato.	
Universidade Federal de Pelotas(UFPel)	SIM	SIM	Não há previsão					
Universidade Federal do Piauí(UFPI)	SIM	SIM	Sim. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.	Não realizado.				
Universidade Federal do Paraná(UFPR)	PAGINA FORA	SIM	Não					
Universidade Federal de Rondonópolis(UFR)	não encontrado	não encontrado						
Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA)	SIM	SIM	Sim. Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Suprimento de Bens e Serviços"	As ações executadas foram parcialmente realizadas no exercício.	Sim. Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Suprimento de Bens e Serviços"	As ações foram executadas parcialmente segundo taint.	Não houve.	
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB)	SIM	SIM	Sim. GESTÃO PATRIMONIAL (Reavaliação de bens, Existências Físicas, Sistema de Controle Patrimonial, Bens Imobiliários, Bens Móveis e Equipamentos. Contratos de Obras, compras e serviços	Sim.	GESTÃO PATRIMONIAL (Reavaliação de bens, Existências Físicas, Sistema de Controle Patrimonial, Bens Imobiliários, Bens Móveis e Equipamentos. Contratos de Obras, compras e serviços	Não houve.	Não houve.	1. Recomenda-se a COTEC/PROPLAN a alocação dos bens móveis no SIPAC às respectivas contas contábeis; 2. Recomenda-se a CMP/PROAD a correção das inconsistências da depreciação de bens móveis; 3. Recomenda-se a CMP/PROAD o desenvolvimento de ações para a reavaliação dos bens imóveis; 4. Recomenda-se a COCFI/PROPLAN a regularização das contas de bens móveis e bens imóveis após as regularizações realizadas pela CMP/PROAD.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.				
Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.				
Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.				
Universidade Federal Rural de Pernambuco(UFRPE)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.	Verificação da legalidade das prestações de contas dos suprimentos de fundos.			
Universidade Federal de Roraima(UFRRR)	SIM	SIM	Sim. Analisar Processo de prestação de contas de 2017.	Sim.	Analisar processo de prestação de contas de 2017.	Não.	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ)	SIM	SIM	Sim. Acompanhamento da execução das receitas da Universidade. Acompanhamento da execução dos contratos, referentes à realização de serviços, firmados pela Universidade	Sim.	Acompanhamento da execução das receitas da Universidade. Acompanhamento da execução dos contratos, referentes à realização de serviços, firmados pela Universidade	Não.	Não houve.	1. Encaminhar informações sobre a inconsistência dos dados apresentados em documentação constante no site da UFRRJ e a planilha encaminhada a esta auditoria. Seja informado também se há previsão de processo de aquisição no Grupo de despesas (investimentos e despesas correntes), para os montantes de grande vulto de elementos de despesa aqui apresentados, para que não ocorra aquisições sem planejamento; 2. Que sejam divulgados na página da instituição, todas as informações referentes aos processos licitatórios e seus resultados, e que seja observada a atualização das
Universidade Federal de Sergipe(UFS)	SIM	SIM	Sim. Aposentadorias e pensões civis da União. Prestação de Contas do ano de 2017.	Sim.	Prestação de Contas do ano de 2017.	Não.	Não houve.	
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	não encontrado	SIM						
Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC)	SIM	SIM	Sim. Prestação de contas de projetos com fundações de apoio.	Em parte. "Auditoria iniciada em 2018 e conclusão em 2049" segundo raint.	Prestação de contas de projetos com fundações de apoio,	Não.	Não houve.	
Universidade Federal de São Carlos(UFSCar)	SIM	SIM	Sim. Acompanhar e orientar a elaboração da Prestação de Contas – 2017 e Relatório de Gestão	Sim.	Acompanhar e orientar a elaboração da Prestação de Contas – 2017 e Relatório de Gestão	Não.	Não houve.	Desenvolver controles internos para confiabilidade/consistência dos indicadores de gestão, quanto ao indicador "custo corrente/aluno Equivalente".
Universidade Federal de São João del-Rei(UFSJ)	SIM	SIM	Análise dos processos de pagamento de exercícios anteriores. Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Suprimento de Bens e Serviços (Avaliação dos Gastos realizados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal na Modalidade Suprimento de Fundo. Avaliação da Concessão de Diárias e Passagens no Sistema SCDP).	Sim.	Análise dos processos de pagamento de exercícios anteriores. Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Suprimento de Bens e Serviços (Avaliação dos Gastos realizados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal na Modalidade Suprimento de Fundo. Avaliação da Concessão de Diárias e Passagens no Sistema SCDP).	Não houve.	Não houve.	1.Recomenda-se que realize nova cobrança junto à unidade para regularização da PCDP que permanece com o status "Em Cadastramento" no sistema e acompanhamento dessa regularização; 2. NÃO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE DESLOCAMENTO A SERVIDOR – regularização. 3. Recomenda-se que o SEDIP, cumprindo suas atribuições de gestão e controle sobre os atos relativos a concessão de diárias e passagens; 5. Recomenda-se o Setor de Gestão de Diárias e Passagens (SEDIP) oriente formalmente as unidades da UFSJ, de forma que sejam instituídos e aplicados mecanismos adicionais para o cumprimento do prazo previsto na legislação; 6. Recomenda-se que a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), no atendimento das necessidades das unidades detentoras do Cartão do Governo Federal, providencie sempre que possível a realização de novas Atas de Registro de Preços ou Pregões Eletrônicos, realizando o gerenciamento dos estoques de
Universidade Federal de Santa Maria(UFSM)	sim	sim	Sim. Emitir Parecer sobre a prestação de contas do exercício 2016. Verificar até 50% das Receitas de bens e Serviços realizadas no ano de 2016. Verificar a regularidade na aplicação dos recursos.	Sim.	Emitir Parecer sobre a prestação de contas do exercício 2016. Verificar até 50% das Receitas de bens e Serviços realizadas no ano de 2016. Verificar a regularidade na aplicação dos recursos. Prestação de Contas Projetos da unidade CCS e Execução e prestação de contas de projeto da unidade DEPTO METODOLOGIA DO ENSINO /FATE.	Não.	Prestação de Contas Projetos da unidade CCS e Execução e prestação de contas de projeto da unidade DEPTO METODOLOGIA DO ENSINO /FATE.	1. Regularização no Sistema de Programação Financeira dos repasses do produto da arrecadação integral das receitas próprias, bem como que seja efetuado o acompanhamento da tentativa de resguardar a receita própria das IFES dos contingenciamentos governamentais; 2. Que a FATEC proceda à devolução quando a quantidade de diárias pagas for superior aos dias de efetivo afastamento do proposto; 3. Verificar se a quitação das retribuições efetuadas pelas permissionárias analisadas guarda regularidade e tempestividade com o prazo limite estabelecido em contrato. Em caso de irregularidade, proceder à cobrança de juros, multas e correção monetária devidos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 4. Que o critério para determinação do valor a ser repassado a título de infraestrutura reflitam os custos incorridos conforme as práticas e Pronunciamentos Contábeis; 5. Que a instituição estabeleça mecanismos de controle padronizados para os RUs dos Campus, tendo como base o Campus Sede, e que o transporte e recebimento de valores não sejam efetuados por servidores da Instituição; 6. Apurar responsabilidade dos coordenadores dos projetos finalizados com saldos negativos, em virtude da desatensão
Universidade Federal do Tocantins(UFT)	não encontrado	SIM						
Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM)	SIM	SIM	Sim. Gestão Patrimonial – Inventário e controle de bens móveis. Concessão de bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade	Não.	Análise da gestão dos recursos do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – CCCP, em especial quanto às receitas advindas do Museu dos Dinossauros e as despesas efetuadas pelo complexo.	Gestão Patrimonial – Inventário e controle de bens móveis (iniciada, mas não concluída). Concessão de bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade (Incluídas no Paint 2019).	Análise da gestão dos recursos do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – CCCP, em especial quanto às receitas advindas do Museu dos Dinossauros e as despesas efetuadas pelo complexo.	

Universidade Federal de Uberlândia(UFU)	SIM	SIM	Sim. Verificação dos Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações Financeiras e Balancetes de 31/12/2017. Análise da Prestação de Contas do exercício de 2017. Auditoria nos processos de convênios, acordos, contratos de repasse para as Fundações de Apoio, ajustes, contratos de receita – UFU e Hospital das Clínicas da UFU. Auditoria nos Contratos de prestação de serviços e Obras. Auditoria	Sim. Verificação dos Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações Financeiras e Balancetes de 31/12/2017. Análise da Prestação de Contas do exercício de 2017. Auditoria de Estoque.	Verificação dos Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações Financeiras e Balancetes de 31/12/2017. Análise da Prestação de Contas do exercício de 2017. Auditoria de Estoque.	Auditoria na Área de Recursos Humanos – Hospital das Clínicas da UFU. (não executado). Auditoria nos Contratos de prestação de serviços e Obras – Universidade Federal de Uberlândia e Hospital das Clínicas da UFU (não concluído)	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade Federal de Viçosa(UFV)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não houve previsão de auditoria contábil/ financeira no Paint.	Não houve.	
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(UFVJM)	SIM	SIM	Sim. PROAD – Máquinas e Transportes. PROACE - Programa de Assistência Estudantil – PAE. PROEXC - Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)	Sim.		Não houve.	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade de Brasília (UnB)	SIM	SIM	Sim. Pagamento de pessoas físicas.	Não.	Não se aplica.	Não houve.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal de Alfenas(UNIFAL-MG)	SIM	SIM	Não há previsão	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não houve previsão de auditoria contábil/ financeira no Paint.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Amapá(UNIFAP)	SIM	SIM	Sim. Analisar Planilhas de composição de Custos e Taxas de Benefício e Despesas Indiretas (BDI) da obra do Hospital Universitário.	Não.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal de Itajubá(UNIFEI)	SIM	SIM	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP)	sim	sim	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará(UNIFESSPA)	sim	sim	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal da Integração Latino-Americana(UNILA)	sim	sim	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira(UNILAB)	sim	sim	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Pampa(UNIPAMPA)	SIM	sim	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal de Rondônia(UNIR)	SIM	SIM	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(UNIRIO)	SIM	SIM	Não	Não houve previsão.	Não se aplica.	Não.	Não houve.	Não se aplica.
Universidade Federal do Vale do São Francisco(UNIVASF)	NÃO ENCONTRADO	SIM						
Universidade Tecnológica Federal do Paraná(UTFPR)	SIM	SIM	Sim. Processos de concessões de aposentadorias e pensões (novas Concessões).	Sim.	processos de concessões de aposentadorias e pensões (novas Concessões).	Não.	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade Federal do Ceará (UFC)	SIM	SIM	Gestão Patrimonial, Folha de Pagamentos, Balanços Contábeis.	Sim.	Gestão Patrimonial, Folha de Pagamentos, Balanços Contábeis.	Não.	Não houve.	Há apenas um quadro quantitativo com as recomendações, sem especificações.
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	NÃO	NÃO						
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	NÃO	NÃO						
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	NÃO	NÃO						

IFES (2019)	O PAINT foi publicado?	O RAINT foi publicado?	Tem previsão no PAINT de auditoria financeira?	Caso tenha previsão no PAINT, a auditoria realizada?	Não tem previsão no PAINT de auditoria contábil/financeira mas realizou?	Ações da Auditoria contábil/financeira para o ano de 2019(PAINT)	Atividades da auditoria contábil/financeira previstas no PAINT 2019, não realizadas em 2019 (RAINTE).	Trabalhos de auditoria contábil/financeira realizados sem previsão no PAINT 2019 que mantém relação com auditoria contábil/financeira	Recomendações (a auditoria financeira) emitidas e implementadas no exercício e as não implementadas com prazo expira do na data de elaboração do RAINTE (Item III do Art.17 da IN 9/2018 – CGU) - RECOMENDAÇÃO 1.
Universidade Federal do Rio Grande(FURG)	sim	SIM	Não						
Universidade Federal do ABC(UFABC)	sim	SIM	Sim. 1. Contratações temporárias (VPD)	Sim.	Não	1. Contratações temporárias (VPD)	Não se aplica		1. Realizar as alterações nos processos de seleção, procedimentos e nos editais, de modo que atenda aos princípios constitucionais. 2. Registrar nos autos do processo de contratação o cumprimento da legislação vigente quanto à disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente à despesa das contratações temporárias de professor visitante na UFABC. 3. Explicitar o controle interno em que é avaliado o percentual de professores visitantes contratados, atualizando-se a disponibilidade de banco equivalente a cada contratação a se realizar, juntando-se aos autos a checagem realizada e a nova disponibilidade após aquela contratação. 4. Estabelecer controle interno (junto às áreas necessárias) no processo de nomeações de pessoal para encargos diversos, de modo que seja avaliado se a pessoa a ser nomeada trata-se ou não de servidor contratado nos termos da Lei nº. 8.745/1993 (professor visitante), impedindo que novas falhas voltem a ocorrer.
Universidade Federal do Acre(UFAC)	sim	SIM	Não						
Universidade Federal de Alagoas(UFAL)	sim	sim	Sim. 1. Avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UFAL. 2. Análise do controle de frequência de servidores.	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Universidade Federal do Amazonas(UFAM)	sim	SIM	Examinar a regularidade da execução do contrato de serviço de limpeza. Examinar a regularidade da contratação e execução do serviço de portaria, mateiro e artefice da Unidade. Examinar o desempenho e a execução do contrato de serviço de fornecimento de alimentos para o RU da Unidade. Examinar a regularidade das concessões e dos pagamentos dos auxílios financeiros aos estudantes. Auditoria nas bolsas de extensão para avaliar os controles e indicadores existentes.	Não foi realizada	auditoria na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, referente aos indícios de acumulos ilegais de cargos e infrações ao regime de trabalho	Examinar a regularidade da execução do contrato de serviço de limpeza. Examinar a regularidade da contratação e execução do serviço de portaria, mateiro e artefice da Unidade. Examinar o desempenho e a execução do contrato de serviço de fornecimento de alimentos para o RU da Unidade. Examinar a regularidade das concessões e dos pagamentos dos auxílios financeiros aos estudantes. Auditoria nas bolsas de extensão para avaliar os controles e indicadores existentes.		auditoria na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, referente aos indícios de acumulos ilegais de cargos e infrações ao regime de trabalho no âmbito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Em atendimento ao PAINT 2018, realizamos a atividade de auditoria no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ, referente a bolsas de assistência estudantil vinculados ao PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), Unidade Acadêmica de Parintins.	
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco(UFAPE)	sim	NÃO							
Universidade Federal da Bahia(UFBA)	SIM	SIM	Sim. Auditar Bens patrimoniais. Auditar processo relacionado a obra. Auditar processos relacionados a convênios e contratos.	Não	Não	Auditar Bens patrimoniais. Auditar processo relacionado a obra. Auditar processos relacionados a convênios e contratos.	Em virtude da redução da capacidade operacional desta Coordenadoria, decorrente da saída do servidor Luís Francisco Araújo Zuanny por pedido de aposentadoria e o afastamento por capacitação fora do país (Doutorado), do servidor Rives Rocha Borges, aliada às restrições orçamentárias registradas durante o exercício 2019, não foi possível a realização de 03 (três) ações específicas de auditoria planejadas: Convênios e Contratos, Licitações e Obras.	não se aplica.	As recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados no exercício 2019 estão sendo acompanhadas e monitoradas pelo Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento desta Coordenadoria, por meio de Plano de Providências Permanente encaminhado periodicamente aos Órgãos/Unidades auditados.
Universidade Federal do Cariri(UFCA)	SIM	SIM	Sim. Auditar os registros contábeis.	Não.	Não	Auditar os registros contábeis.	Auditar os registros contábeis.	não se aplica.	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, do PAINT 2016, com providência implementada em 2018. (Não contabilizado no exercício anterior). Implantar melhorias nos controles, que verifiquem a ocorrência de erros formais, e, caso sejam detectados, que possam ser sanados em tempo hábil. 2. Pagamento de Adicionais de Insalubridade e Periculosidade. Monitoramentos Realizados: Verificar a possibilidade de alocar a responsabilidade pelas medidas necessárias previstas na legislação, a algum setor da Instituição, preferencialmente aqueles competentes pela qualidade de vida do servidor ou saúde do servidor. 3. CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, do PAINT 2016, com providência implementada em 2018. (Não contabilizado no exercício anterior). Monitoramentos Realizados: 05 Situação: Encerrado em 2018, com 64 recomendações atendidas. Definir as atribuições do orientador e do setor, de referência em normativos, comunicando ao orientador, sempre que possível, que verifique periodicamente a incidência de algumas circunstâncias impeditivas da bolsa, e que, caso ocorram, faça a devida comunicação a PRPI. 4. FOLHA DE PAGAMENTO, do PAINT 2017, com providência implementada em 2019. 1. Encaminhar listagem dos processos em andamento que tratam da indenização da Gratificação Natalina, haja vista que será acompanhado o pagamento destes também. 2. Apresentar justificativa para o desconto no mês de julho/16 e de agosto/16, haja vista a ausência do comprovante de pagamento.

Universidade Federal de Catalão(UFCat)	NÃO	NÃO							
Universidade Federal de Campina Grande(UFCG)	SIM	SIM	Não	Não tem previsão.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre(UFCSA)	SIM	SIM	Sim. Bens móveis. Cartões corporativos.	Não realizou auditoria nos bens móveis. Apenas nos cartões corporativos.	Não.	Bens móveis. Cartões corporativos.	Sim. bens móveis	Não.	sugeriu-se a realização de estudo da conexão de dados, no Cartão Corporativo, entre Demandantes, Agentes Supridos e o Setor de Compras, proporcionando uma maior visão dos itens solicitados nos suprimentos, sob o aspecto de quantidade, valor e frequência.
Universidade Federal do Delta do Parnaíba(UFDPa)	não encontrado	não encontrado							
Universidade Federal Rural do Semi-Árido(UFERSA)	SIM	SIM	Não.	Não há previsão.	não	Não há previsão.	não	não	
Universidade Federal do Espírito Santo(UFES)	SIM	SIM	Não.	Não há previsão.	Setor de Diárias e Passagens (PROAD)	Não há previsão.	Não há previsão.	Setor de Diárias e Passagens (PROAD)	Não há recomendação
Universidade Federal Fluminense(UFF)	SIM	SIM	Sim. PROPLAN – Demonstrações contábeis - 2º semestre de 2018. PROPLAN – Demonstrações contábeis - 1º semestre de 2019	Sim	Não.	Sim. PROPLAN – Demonstrações contábeis - 2º semestre de 2018. PROPLAN – Demonstrações contábeis - 1º semestre de 2019	Foi realizada.	Não.	1. Recomenda-se verificar se todos os Bens Imóveis apresentados no Balanço Patrimonial estão registrados no SPIUNET; ou certificar que aqueles que eventualmente não estão registrados sejam devidamente depreciados; 2. Recomenda-se o ajuste dos lançamentos do exercício em análise, assim como de exercícios anteriores com intuito de ajustar o Balanço Patrimonial para que represente adequadamente o ativo da universidade; 3. Recomenda-se a revisão da memória e da base de cálculo da depreciação, de forma a refletir adequadamente o valor depreciado e então demonstrar o valor patrimonial dos Bens Móveis com maior fidedignidade assim como o impacto no resultado do exercício da universidade; 4.
Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS)	SIM	SIM	Não há previsão	Não há previsão	não.	Não há previsão	Não há previsão	Não.	
Universidade Federal de Goiás(UFG)	SIM	SIM	Sim. Auditoria sobre despesas com Pessoal	Sim.	Não.	auditoria sobre despesas com Pessoal	Auditoria sobre despesas com Pessoal - Auditoria sobre as despesas com APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR (ND: 319001). Justificativa:Houve uma alteração no escopo do trabalho para "Análise de processos de concessão de Retribuição por Titulação"	Não.	
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	SIM	SIM	Sim. Avaliar a gestão contábil da UFGD.	Sim	Não.	Avaliar a gestão contábil	Não.	Não.	
Universidade Federal de Jataí(UFJ)	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO							
Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF)	SIM	SIM	Sim. Gestão de Suprimentos. Gestão Patrimonial (Unidades Auditadas: PROPLAN/COSUP)	Sim	Não	Gestão Patrimonial (Campus de Governador Valadares). Gestão de Suprimentos (Campus de Governador Valadares)	Não.	Apuração de débito referente ao pagamento por serviços não prestados (Proceder à avaliação documental e cálculo de danos ao erário, considerando o recebimento de valores sem a contraprestação dos serviços, para fins de ressarcimento). Avaliação da gestão orçamentária e financeira do Programa de Assistência à Saúde da UFMS (Avaliar o modelo adotado pela UFMS de assistência à saúde do servidor; a gestão de contratação de credenciados do PAS/UFMS; e a gestão orçamentária do Programa).	Ausência de demonstração da adequação orçamentária no Termo de Referência - Elaborar formulário padrão de conteúdo mínimo a conter no Termo de Referência e dar ampla publicidade às unidades da UFJF. Elaborar folha de verificação. 2. Ausência de normativo sobre a Gestão Patrimonial, no campus de Juiz de Fora, inclusive não havendo formalização das atribuições da Gerência de Patrimônio. Concluir a elaboração, bem como formalizar e divulgar o Manual referente à gestão do patrimônio móvel do campus JF. 3. Não realização do inventário anual de bens - Promover a realização. Oportunidade em que será dada ciência a essa UAI/G. 4. Fragilidades no acompanhamento realizado pela Gerência de Patrimônio, bem como na divulgação de orientações relacionadas à gestão dos bens sob guarda das unidades. Publicar, no endereço eletrônico da Gerência de Patrimônio, os normativos, orientações, formulários e demais documentos relacionados à Gestão Patrimonial da UFJF. 5. Formulários de "Requerimento de Desfazimento de Material" e "Requerimento de Transferência de Material", bem como a proposta de Portaria encontram-se desatualizados. Revisar, no que couber, os Formulários de "Requerimento de Desfazimento de Material" e "Requerimento de Transferência de Material", bem como a minuta de Portaria que "instrui os procedimentos de desfazimento de material permanente";
Universidade Federal de Lavras(UFLA)	SIM	SIM	Sim. Aposentadorias e Pensões Civis da União. Ativos Civis da União (VPD)	SIM	não	Aposentadorias e Pensões Civis da União. Ativos Civis da União (VPD)	Não	Não	
Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO							
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	SIM	SIM	Auxílio financeiro ao estudante e ao pesquisador. Pagamento de auxílios estudantis (vulnerabilidade sócio-econômica e inconformidades dos dados cadastrais). Abastecimento e manutenção da frota.	Realizar. Avaliar a gestão do auxílio financeiro ao estudante e ao pesquisador. Avaliar os pagamentos de bolsas PIBIC/PIBIC-AF/PIBITI.	Não	Bolsas PIBIC/PIBIC-AF/PIBITI. Auxílio Financeiro ao estudante e ao pesquisador. Pagamento de auxílios estudantis (vulnerabilidade sócio-econômica e inconformidades dos dados cadastrais). Abastecimento e manutenção da frota.	Avaliar a gestão do auxílio financeiro ao estudante e ao pesquisador	não	
Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT)	SIM	SIM	(Despesas de Exercícios Anteriores e Restos a Pagar). Pagamentos relativos aos						
Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP)	SIM	SIM	Sim. Locação de mão de obra. Verificar os Termos de Responsabilidade e localização dos bens móveis. (cancelada)	Não.	não	Locação de mão de obra. Verificar os Termos de Responsabilidade e localização dos bens móveis. (cancelada)	Locação de mão de obra. Verificar os Termos de Responsabilidade e localização dos bens móveis. (cancelada)	não	

Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR)	sim	sim	Sim. Realizar auditoria na Arrecadação de Receitas da Universidade	SIM	NÃO	Realizar auditoria na Arrecadação de Receitas da Universidade	Não	não	adequação de processos para atender a legislação vigente, implementação de controles internos que garantam seu atendimento e institucionalização de procedimentos 2. cobrança dos valores residuais de reajuste aos cessionários dos contratos, observadas as normas de prescrição de prazo para cobrança e demais normas aplicáveis a cobranças retroativas. 3. implementação de controles internos para a aplicação de reajuste de aluguéis no setor responsável pela gestão de imóveis.
Universidade Federal de São João del-Rei(UFSJ)	sim	sim	Patrimonial e Suprimento de Bens e Serviços Este macroprocesso é formado pelo conjunto de processos que permitem a contratação de bens e serviços, assim como gestão patrimonial e financeira, de acordo com as necessidades de	sim	não	Auditoria na área de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Suprimento de Bens e Serviços. Avaliação dos controles de fiscalização de obras, especificamente, de 01 (uma) obra licitada na modalidade de RDC.	não	não	Recomenda-se que sejam envidados esforços no sentido de ofertar treinamento aos servidores envolvidos com fiscalização de contratos, tendo em vista a complexidade de tal ação e o despreparo dos servidores, incluindo aqui a signatária do presente Parecer.
Universidade Federal de Santa Maria(UFSM)	sim	sim	Gestão do Patrimônio. Verificar os controles internos e procedimentos relacionados às aquisições e doações. Gestão da Frota. Avaliar os processos e controles internos relativos à manutenção dos veículos e abastecimento.	sim	não	Gestão patrimonial. Gestão da frota.	não	não	1. Desenvolver plano de ação, contemplando prazos, metas e responsáveis pela reavaliação dos bens móveis permanentes que estão em discordância com os atuais regramentos contábeis; 2. Corrigir as discrepâncias nos valores das contas de ativo permanente existentes a fim de que tais registros possam espelhar a real situação contábil e patrimonial da UFSM; 3. Fortalecer a Comissão de Reavaliação e Baixa Patrimonial, por meio do estabelecimento de metodologia de trabalho, normatização e/ou manualização de suas atividades, bem como providenciar treinamentos e capacitações a seus integrantes. 4. Que a DIPAT cumpra, a rotina de encaminhar mensalmente os RMBs ao DCF, possibilitando a este último efetuar a devida conciliação contábil no SIAFI; 5. Ajustar os valores das depreciações lançadas no SIE e no SIAFI, corrigindo as diferenças existentes nos dois sistemas, de forma a guardarem consonância com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público; 6. Providenciar o levantamento físico da carga patrimonial existente na unidade.
Universidade Federal do Tocantins(UFT)	sim	sim	Auxílio moradia. Analisar o montante de recursos que é destinado ao pagamento de auxílio moradia para os estudantes considerados vulneráveis e como se dá a seleção dos estudantes. Pagamento de Bolsas de Monitoria	sim	não	Auxílio moradia. Analisar o montante de recursos que é destinado ao pagamento de auxílio moradia para os estudantes considerados vulneráveis e como se dá a seleção dos estudantes. Pagamento de Bolsas de Monitoria	não	não	
Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM)	não encontrado	não encontrado							
Universidade Federal de Uberlândia(UFU)	sim	sim	Verificação dos Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações Financeiras e Balançetes de 2018. Análise das concessões de Bolsas de Extensão e análise das concessões de patentes. Auditoria nos Contratos de prestação de serviços. Auditoria de Estoque.	sim	não	Verificação dos Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstrações Financeiras e Balançetes de 31/12/2018. Análise das concessões de Bolsas de Extensão e análise das concessões de patentes. Auditoria nos Contratos de prestação de serviços. Auditoria de Estoque.	não	não	Auditoria nos Contratos de prestação de serviços e Obras – Universidade Federal de Uberlândia e Hospital das Clínicas da UFU. Auditoria em Patrimônio – Bens Móveis e Auditoria em Patrimônio – Bens Imóveis. Auditoria de Estoque.
Universidade Federal de Viçosa(UFV)	sim	sim	Não há previsão	Não há previsão	não	Não há previsão	Não há previsão	Não	
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(UFVJM)	sim	sim	– Máquinas e Transportes	Em virtude de outras Demandas, não foi realizada	não	não realizou	– Máquinas e Transportes	não	
Universidade de Brasília (UnB)	sim	sim	Contratos terceirizados.	sim	NÃO	Contratos terceirizados.	não	não	Contratos terceirizados: Formalizar processo com documentos que indiquem que o uso da conta-depósito vinculada - bloqueada para o tratamento dos riscos de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela empresa contratada para a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra impacta positivamente na gestão dos contratos terceirizados, evidenciando, mediante descrição de fluxo de procedimentos adotados pela área responsável.
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	sim	sim	Orçamento da Unifal. Bolsas de Monitoria, PIBID e PET	Bolsas de Monitoria, PIBID e PET. Não concluída	não	Orçamento da Unifal. Bolsas de Monitoria, PIBID e PET	Bolsas de Monitoria, PIBID e PET. Não concluída	não	
Universidade Federal do Amapá(UNIFAP)	sim	sim	Analisar os controles de arrecadação da receita própria nos seus aspectos legais, formais e a salvaguarda dos ativos.		NÃO	NÃO	NÃO		
Universidade Federal de Itajubá(UNIFEI)	sim	NÃO							
Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP)	sim	sim	Avaliação dos procedimentos relativos ao controle e à segurança dos bens públicos localizados no Almoarifado Central do Hospital Universitário.	SIM	NÃO	Avaliação dos procedimentos relativos ao controle e à segurança dos bens públicos localizados no Almoarifado Central do Hospital Universitário.	NÃO	NÃO	
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará(UNIFESSPA)	sim	sim	Não há previsão	Não há previsão	não	Não há previsão	Não há previsão	Não	
Universidade Federal da Integração Latino-Americana(UNILA)	sim	sim	FOLHA DE PAGAMENTO.	SIM	NÃO	FOLHA DE PAGAMENTO.	NÃO	NÃO	
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira(UNILAB)	sim	sim	Análise da folha de Pagamento de Pessoal. Gerenciamento e Fiscalização dos Contratos de mão de obra terceirizada	SIM	NÃO	Análise da folha de Pagamento de Pessoal. Gerenciamento e Fiscalização dos Contratos de mão de obra terceirizada	NÃO	NÃO	
Universidade Federal do Pampa(UNIPAMPA)	SIM	sim	Não há previsão	Não há previsão	não	Não há previsão	Não há previsão	Não	
Universidade Federal de Rondônia(UNIR)	SIM	SIM	FOLHA DE PAGAMENTO.	SIM	NÃO	FOLHA DE PAGAMENTO.	NÃO		
Universidade Federal do Rio de Janeiro(UNIRIO)	SIM	SIM	Avaliação da gestão do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Avaliação do pagamento dos Adicionais Ocupacionais na UNIRIO – Insalubridade/Periculosidade/Atividades Penosas.	SIM	NÃO	Avaliação da gestão do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Avaliação do pagamento dos Adicionais Ocupacionais na UNIRIO – Insalubridade/ Periculosidade/ Atividades Penosas.	NÃO	NÃO	
Universidade Federal do Vale do São Francisco(UNIVASF)	NÃO	SIM	Análise da execução orçamentária da despesa. folha de pagamento.	SIM	NÃO	Análise da execução orçamentária da despesa. folha de pagamento.	Aposentadorias e pensões. Registros contábeis. FOLHA DE PAGAMENTO.		
Universidade Tecnológica Federal do Paraná(UTFPR)	SIM	SIM		sim	não	Aposentadorias e pensões. Registros contábeis. FOLHA DE PAGAMENTO.	Gestão Patrimonial. Folha de Pagamento. Balanços Contábeis.	Frota veículos	
Universidade Federal do Ceará(UFC)	SIM	SIM		sim	não	Gestão Patrimonial. Folha de Pagamento. Balanços Contábeis.		não	
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	NÃO	NÃO							
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	SIM	SIM	almoarifado	não realizada.	não	não realizada.	não	não	
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	NÃO	NÃO							